

Dívida mobiliária interna chega a R\$ 342 bilhões

Do total, 77% era composto de papéis pós-fixados, refletindo a insegurança do mercado

RASÍLIA - A dívida mobiliária interna administrada pelo Tesouro Nacional fechou o ano de 1998 com um saldo de R\$ 342,886 bilhões, sendo a parcela em poder do mercado de R\$ 213,503 bilhões. A crise financeira internacional fez com que a dívida sofresse uma profunda alteração em sua composição ao longo de 98. Em dezembro, 77% da dívida era composta por papéis pós-fixados, enquanto os papéis prefixados representam apenas 6% do saldo.

No fim de 97, já refletindo a insegurança dos mercados devido à crise na Ásia, a participação dos títulos pós-fixados era de 37,3%. Ao longo de 98, portanto, eles mais que dobraram sua participação na composição da dívida. Os papéis pós-fixados, por sua vez, respondiam por 38,2% do saldo da dívida em dezembro de 97, e tiveram sua participação reduzida a menos de um sexto ao longo do ano passado.

O Tesouro só conseguiu vender papéis prefixados durante o primeiro trimestre de 98, num momento de tranquilidade após o arrefecimento da crise na Ásia. No entanto, a partir de maio, a deteriora-

ção no sistema financeiro japonês e a piora no quadro da Rússia impediram o Tesouro de vender títulos pós-fixados com uma remuneração que os técnicos considerassem adequada.

Desde então, o governo federal só tem colocado papéis pós-fixados, sendo o principal deles a Letra Financeira do Tesouro (LFT), cuja remuneração é atrelada ao overnight. O secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Guimarães, explicou que as LFTs permitiram alongamento dos prazos da dívida, para até 12 meses.

Somente em dezembro, o Tesouro começou a preparar sua volta aos papéis prefixados. Foram emitidos títulos

com remuneração híbrida, as Notas do Tesouro Nacional (NTN) das séries E e S. Os papéis foram vendidos com deságio, da ordem de 3% a 3,5% no caso das NTN-E e

da ordem de 1,9%, no caso das NTN-S.

E M DEZEMBRO
DE 1998, 77%
DA DÍVIDA ERA
PÓS-FIXADA

Estados - Ao longo de 98, o Tesouro atendeu a 17 Estados, com o refinanciamento de suas dívidas ou a reestruturação de seu sistema financeiro, ou ambos. Essas operações elevaram a dívida mobiliária sob responsabilidade do Tesouro Nacional em R\$ 110,7 bilhões. O secretário confirmou que, no último dia 30, o Tesouro reteve a cota do Fundo de Participação dos Estados (FPE) de Minas Gerais. (L.A.O.)